

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.340 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2001



Os senadores aprovaram diversas propostas, inclusive em votação manual

SENADO APROVA LIMITES À EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

Proposta votada em primeiro turno proíbe as sucessivas reedições que têm caracterizado a utilização de MPs pelo Poder Executivo

O Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que restringe a edição de medidas provisórias pelo Poder Executivo. Se for acolhida na votação em segundo turno, prevista para a próxima semana, a matéria será enviada à promulgação pelas Mesas da Câmara e do Senado. A principal mudança decorrente da proposta é a proibição das sucessivas reedições que têm caracterizado o instituto das medidas provisórias. Desde a promulgação da Constituição, em 1988, foram assinadas 6.026 MPs, entre edições e reedições. Estão tramitando no Congresso 56 MPs, algumas com mais de 60 reedições.

PÁGINA 3

Muda ICMS sobre petróleo e pão deve ficar sem bromato

O Senado também aprovou ontem, além de outras matérias, a proposta de Geraldo Melo que transfere ICMS sobre petróleo e energia elétrica para os estados produtores. Outro projeto acolhido proíbe o uso do bromato de potássio no pão e em farinhas.

PÁGINA 4

CAS



Requerimento convidando o ministro José Serra a explicar MP sobre planos de saúde também foi votado na CAS

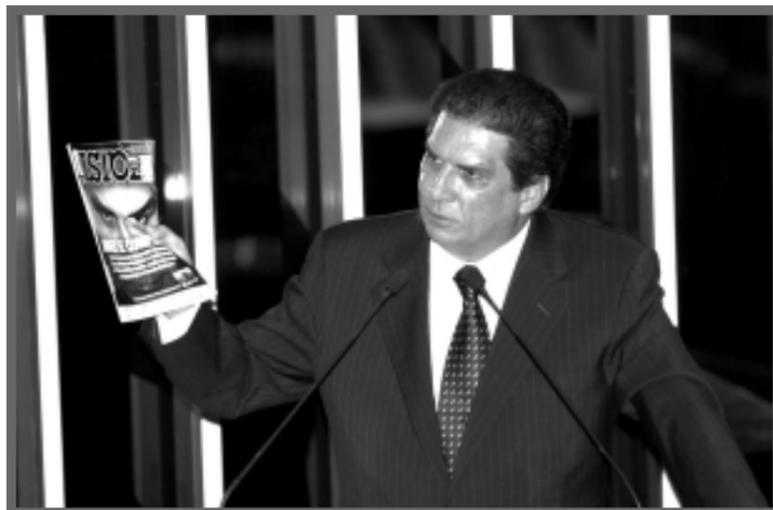
Pode ser ampliado uso do FGTS na compra de imóvel

PÁGINA 11

CCJ

Confisco de terra onde houver trabalho escravo passa em comissão

PÁGINA 8



Jader voltou à tribuna para desmentir denúncias divulgadas pela imprensa

Jader se defende em Plenário de acusações

PÁGINA 6

Edison Lobão suspende sessão do Congresso

A sessão do Congresso Nacional convocada para a noite de ontem, em que deveriam ser votadas diversas medidas provisórias, foi suspensa pelo presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), após intenso debate em torno da legitimidade do exercício da presidência do Congresso e sobre quem deveria assumir o cargo. Líderes partidários na Câmara dos Deputados declararam obstrução permanente e a oposição anunciou disposição de contestar junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a constitucionalidade dos atos de Lobão.

Segundo entendimento dos deputados Walter Pinheiro (PT-BA) e Miro Teixeira (PDT-RJ), Lobão, na condição de interino, não poderia convocar e presidir sessões conjuntas, ficando esta responsabilidade para o vice-presidente do Congresso Nacional, deputado Efraim Moraes (PFL-PI), que seria o sucessor natural, uma vez que o presidente Jader Barbalho (PMDB-PA) está licenciado. Os demais partidos seguiram e apoiaram a argumentação dos dois líderes. O deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) lembrou que Lobão nem sequer faz parte da Mesa do Congresso e propôs a realização de uma reunião entre as lideranças partidárias e as Mesas do Senado e da Câmara para decidirem a questão. Lobão acatou a proposta e anunciou que a reunião será convocada oportunamente. O presidente interino elogiou o nível dos debates e afirmou o desejo dele e de Efraim de proceder de forma legal e formal.

— Não há uma competição de vaidades entre eu e o deputado Efraim. O que não é possível é o senador Lobão ou o deputado Efraim presidirem ilegalmente uma sessão — assinalou o presidente interino do Senado.

Fiscalização sobre Metrô de Brasília espera dados do TCU

Senadores da CFC decidiram que subcomissão incumbida de averiguar aplicações de recursos só será instalada após receber as informações

A subcomissão que irá fiscalizar as aplicações dos recursos federais destinados às obras do metrô de Brasília somente será instalada depois que a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado receber as informações sobre as obras, pedidas ao Tribunal de Contas da União (TCU). Os senadores consideram mais conveniente que a subcomissão passe a funcionar quando a CFC estiver de posse desses dados. Na reunião de ontem, foi decidido que as informações deverão ser enviadas pelo TCU nos próximos dez dias.

Atendendo a requerimento do senador Valmir Amaral (PMDB-DF), aprovado pela comissão no dia 13 de junho passado, o presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), enviou ofício ao presidente do TCU, ministro Humberto Souto, pedindo cópias de todos os processos referentes a auditorias, inspeções e tomadas de contas realizadas nas obras do metrô do Distrito Federal. Foram soli-



Amaral pediu dados sobre Metrô. Wellington quer informações da Eletrobrás sobre compulsório

citadas, ainda, informações sobre as providências adotadas para corrigir eventuais irregularidades encontradas e sobre o montante de recursos da União repassados para essas obras.

A CFC aprovou ainda a criação de uma subcomissão temporária destinada a investigar as causas do descumprimento de decisão judicial que obriga o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) a ressarcir a empresa Agroindustrial e Reflorestadora Ltda. (Arisa) de prejuízos financeiros a ela causados. A decisão atendeu a requerimento apresentado pelo senador Luiz Otávio (sem partido-PA), no

qual ele justifica que a demora no pagamento traz prejuízo ao erário público, uma vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a incidência de multa diária sobre o valor a ser pago pelo BNB.

A comissão aprovou outro requerimento, do senador Wellington Roberto (PMDB-PB), solicitando à Eletrobrás envio de esclarecimentos ao Senado sobre o montante dos recursos obtidos com o empréstimo compulsório instituído pelo Decreto-Lei nº 1.512/76 e como eles foram aplicados. Wellington considera importante que essas informações sejam avaliadas, especialmente no momento em que o país vive uma grave crise no setor energético.

A CFC decidiu realizar uma audiência pública conjunta com a Comissão de Educação (CE) para analisar a auditoria realizada no Programa Nacional do Livro Didático. Os senadores consideram não dispor de dados suficientes para examinar a matéria e solicitaram informações complementares à CE.

Comissão tem prazo até amanhã para analisar veto

Amanhã é o último dia do prazo para que comissão mista do Congresso encarregada de analisar o veto presidencial ao projeto que reduz os valores da taxa de fiscalização da instalação por estação para as emissoras de rádio e tevês educativas emita parecer sobre a matéria. O Congresso Nacional deverá examinar o veto até o dia 27 de agosto.

O projeto é de autoria da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) e

visa fixar para as emissoras educativas um desconto sobre os valores estabelecidos para os serviços de rádio e televisão comercial, de forma progressiva: 20% para as estações instaladas em municípios com população entre 150 mil e 250 mil habitantes; 40% nos que têm entre 100 mil e 150 mil habitantes; 60% no caso de municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes; e 80% de desconto para as estações ins-

taladas em municípios com até 50 mil habitantes.

No veto à proposta, o presidente da República alega que o projeto de lei é inconstitucional, porque a matéria só poderia ser tratada em lei complementar. Os senadores Arlindo Porto (PTB-MG) e Osmar Dias (sem partido-PR) integram a comissão mista.



Projeto que reduz taxa é de autoria de Emilia Fernandes

Crédito do BNDES à agroindústria será votado hoje

O Senado deve votar hoje o projeto que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de 22% dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento do setor de agroindústria. De acordo com o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), autor do projeto, é fundamental que seja retomado o crescimento da agroindústria no país, afetada pela alta dos juros.

Ainda na mesma sessão, o Senado vota sete decretos legislativos que autorizam o funcionamento das seguintes rádios: Associação de Rádio Comunitária Alternativa, na cidade de Bicas (MG); Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico "Amiga", em Registro (SP); Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto (SP); Fundação Educativa e Cultural Alto Paraíba, em Patos de Minas (MG); Associação e Movimento Rádio Bom Conselho FM, em Bom Conselho (PE); e Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro em Barro Duro (PI).

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2001

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLS nº 270/99, estabelece a obrigatoriedade de aplicação de no mínimo 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria; PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão de som e imagem; e Requerimento nº 327/01, da senadora Marina Silva, solicitando que, sobre o PDL nº 145/01, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente em exercício: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Álvaro Dias pede a deputados rejeição da venda da Copel

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem esperar que os deputados estaduais do Paraná reflitam e votem contra o projeto que autoriza a venda da empresa de energia do estado, a Copel. Ele informou que estudantes contrários à votação do projeto suspenderam a sessão de ontem da Assembleia Legislativa. Álvaro disse não entender como o governo insiste na privatização da Copel quando 90% da população, de acordo com pesquisa realizada, se manifesta contra a medida.

— Mais uma vez, os estudantes se constituem em exemplo e proclamam a sua incrível capacidade de indignação. Eles abandonaram suas escolas e invadiram a Assembleia Legislativa do Paraná, que deveria ser caixa de ressonância das aspirações populares, mas que teima em se transformar em braço avançado do governo para agredir as aspirações da sociedade — afirmou.

Para o senador, o que mais espanta no caso é a prática corrupta de aliciamento para a aprovação da matéria, conforme denúncia de alguns deputados. Na verdade, disse o senador, “todo o processo é viciado”, inclusive a partir do edital, dirigido, segundo algumas acusações, para beneficiar uma empresa alemã. A avaliação da empresa também é contestada por especialistas, que estimam o seu preço em US\$ 22 bilhões, enquanto o governo a oferece por US\$ 9 bilhões, frisou. De acordo com o senador, caso os deputados aprovem o projeto, restará o Poder Judiciário para impedir o leilão da Copel.

Álvaro Dias, que compareceu à Assembleia para acompanhar a discussão, sustentou que a venda da empresa contraria de forma imoral o interesse público, já que o governo estadual está em fim de mandato. Álvaro lembrou que o próprio governo federal recuou da venda de Furnas pelo mesmo motivo.



Venda da empresa contraria de forma imoral o interesse público, afirma Álvaro Dias

Senadores aprovam restrição ao uso de medidas provisórias

Conforme a PEC, que será submetida ainda a segundo turno de discussão e votação, se exame da MP não for concluído no prazo de 120 dias, ela perderá eficácia desde sua edição



Romero Jucá disse que o Executivo se empenhou na aprovação da matéria



Para Hugo Napoleão, emenda representa aperfeiçoamento das instituições democráticas



Ademir Andrade apontou urgência de se evitarem abusos por parte do Executivo

O Plenário aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional (PEC) que restringe a edição de medidas provisórias. Foi mantido o texto oriundo da Câmara dos Deputados e, se o mesmo ocorrer na votação em segundo turno, prevista para a próxima semana, a matéria será enviada à promulgação, pelas Mesas da Câmara e do Senado.

Conforme a proposta, a MP passará a vigorar por 60 dias. Caso os deputados e senadores não terminem a sua votação até o final desse período, a medida provisória ganhará outros 60 dias de vigência, e terá prioridade sobre outras matérias da pauta, em cada uma das Casas do Congresso. Se ao final de 120 dias a Câmara ou o Senado não tiverem concluído a votação, a MP perderá eficácia desde a edição. Atualmente, as medidas provisórias têm validade de 30 dias, mas o presidente da República as reedita mensalmente, sendo que algumas delas estão em vigor há mais de seis anos.

A PEC, apresentada originalmente em 1995 pelo então senador Esperidião Amin, atual governador de Santa Catarina, recebeu 66 votos favoráveis, um contrário e uma abstenção, e contou com o apoio unânime das lideranças partidárias no Senado. O líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), disse que o Executivo se empenhou na aprovação da matéria, que “fortalece o Congresso Nacional”. Para o senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, a aprovação da matéria representa o aperfeiçoamento das instituições democráticas.

Apesar de considerar que o texto contém concessões exageradas à prerrogativa de edição de MPs, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) sustentou ser necessária a sua aprovação, devido à urgência de se evitarem abusos por parte do Executivo.

PEC evitará sucessivas reedições de MPs

A principal alteração imposta pela proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita o uso de medidas provisórias (MPs) pelo Poder Executivo é a proibição das sucessivas reedições que têm caracterizado o instituto. Desde a promulgação da Constituição, em 1988, foram assinadas 6.026 MPs, entre edições e reedições. Atualmente há 56 medidas tramitando no Congresso, algumas com mais de 60 reedições.

A MP nº 2.162, por exemplo, que dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional e sobre aumento de capital do Banco do Brasil, já se encontra na 71ª reedição. A reestruturação dos bancos estaduais, que resultou na privatização de diversas instituições, foi feita por meio de MP, que já foi reeditada 69 vezes.

O ex-presidente José Sarney editou 147 MPs. No governo Fernando Collor foram 160, 505 na Presidência de Itamar Franco, 2.609 no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique e 2.605 no segundo mandato, em curso.

A proposta aprovada ontem — a deliberação

do Senado precisa ser confirmada em segundo turno — estabelece que as MPs não vigorarão por mais de 120 dias. Atualmente, as MPs têm validade de 30 dias, porém o presidente da República as reedita mensalmente.

Pelo texto aprovado na Câmara no dia 1º e confirmado pelo Senado, se ao final de 120 dias a Câmara ou o Senado não tiverem concluído a votação, a medida provisória perderá sua eficácia.

Outra modificação é a proibição de editar MPs para regulamentar artigos da Constituição alterados entre 1º de janeiro de 1995 e a data da promulgação da PEC.

Conforme a proposta, fica proibida ainda a edição de medida provisória sobre matérias relativas à cidadania, direitos políticos, confisco de dinheiro em contas correntes e poupança e matéria fiscal, sem que seja cumprido o princípio da anualidade. Também não poderá ser editada medida provisória sobre diretrizes orçamentárias e créditos suplementares ao Orçamento da União.

Principais mudanças na edição de medidas provisórias

	Como é hoje	Como fica
● Prazo de vigência	30 dias	60 dias, prorrogáveis por mais 60
● Reedição	As MPs podem ser reeditadas várias vezes	Proibida
● Conteúdo das MPs	Não podem tratar de assuntos que tenham sido objeto de emendas constitucionais; reforma do Código Penal, entre outros	Além dos atuais, não poderão versar sobre orçamentos, ativos financeiros, poupança popular, seqüestro de bens, temas regulamentáveis por meio de lei complementar, entre outros
● Prazo para votação pelo Congresso	Não estabelecido	45 dias, sob pena de trancar a pauta de votações
● Tramitação	As MPs são analisadas no Congresso por comissão mista formada por senadores e deputados	A tramitação sempre se iniciará pela Câmara e a votação será separada nas duas Casas

Uso do bromato de potássio no pão será proibido

Em votação simbólica, o Senado aprovou ontem projeto de lei originário da Câmara dos Deputados proibindo o uso do bromato de potássio nas farinhas, no preparo de massas e nos produtos de panificação, como pães, bolos, biscoitos e tortas. Os infratores ficam sujeitos a penas que variam da advertência e apreensão dos produtos à interdição do estabelecimento e cancelamento do alvará. O projeto vai à sanção presidencial.

O relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), argumentou, em seu parecer favorável, que estudos da Organização Mundial de Saúde demonstram que a utilização do bromato de potássio na panificação produz efeito carcinógeno e provoca a destruição das vitaminas do complexo B, especialmente a tiamina e a riboflavina, dificultando a recuperação de pacientes com doenças crônicas degenerativas.

Apresentação de emendas adia votações

Em razão de terem sido apresentadas emendas em Plenário, o Senado adiou a votação do projeto que inclui representantes dos municípios no conselho da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufzama) e da proposta que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

De iniciativa do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), a proposta de alteração do conselho da Sufzama recebeu emenda do próprio autor, com o argumento de que o organismo cresceu tanto que é necessário incluir outros representantes em seu colegiado.

Com duas emendas de Plenário, foi enviada à CCJ a proposta do Fundo da Amazônia Ocidental. Único senador a manifestar-se ontem sobre a matéria, Luiz Otávio (sem partido-PA) defendeu a viabilização de recursos para investimento na Amazônia.

A requerimento do autor, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), o Plenário adiou para 4 de setembro a votação da proposta de emenda constitucional que autoriza o estrangeiro residente há pelo menos oito anos no Brasil a votar nas eleições municipais e a disputar mandato de vereador.

Estado produtor poderá ter ICMS sobre petróleo

Proposta de emenda à Constituição de iniciativa de Geraldo Melo e outros parlamentares foi aprovada por 66 votos a zero

Em primeiro turno, o Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) eliminando dispositivos que transferem para os estados consumidores a cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) nas operações interestaduais com petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos e energia elétrica.

A proposta foi aprovada por 66 votos a zero e voltará a ser discutida em três sessões ordinárias, antes de ser votada em segundo turno. No início da votação, Geraldo Melo avisou que a iniciativa era também

dos senadores José Agripino (PFL-RN), Fernando Bezerra (PTB-RN) e 30 outros parlamentares.

Na justificativa do projeto, Geraldo Melo argumentou que a não-incidência de ICMS sobre essas operações interestaduais não beneficia os usuários de tais produtos e ainda pune o estado produtor de petróleo,

proibindo-o de arrecadar o tributo. Ele também afirmou que, ao



Geraldo Melo: sistema atual pune o estado produtor de petróleo

transferir para o estado consumidor toda a receita dessa cobrança, a Constituição hoje consagra um mecanismo de transferência de renda das regiões mais pobres para as mais ricas, que são as consumidoras. Isso porque, assemelhado a uma espécie de imposto de consumo, o

ICMS foi descaracterizado como tributo sobre a circulação de mercadorias.

Conselheiros de tribunais de contas deverão ser escolhidos por concurso

O Senado aprovou em último turno ontem, por 53 votos a favor, 8 contra e 3 abstenções, proposta de emenda constitucional que autoriza os tribunais de contas dos estados e municípios a realizarem concurso público para escolha de seus conselheiros e membros dos conselhos de contas. Até agora, esses cargos são preenchidos por indicação política, seguindo norma adotada para o Tribunal de Contas da União (TCU).

O autor da proposta, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), argumenta que muitos governadores, prefeitos e assembleias concordam com o



Álvaro Dias propôs a mudança aprovada pelo Senado

concurso público, mas enfrentam um artigo da Constituição que determina aos estados e municípios seguirem a norma adotada para o TCU, "no que couber". Agora, se a Câmara também aprovar a mudança constitucional, poderão ser realizados concursos públicos.

A alteração constitucional teve sua aprovação recomendada pelo relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), para quem o concurso ajudará até mesmo no ajuste fiscal de estados e municípios, pois podem ser eliminadas as indicações políticas para conselheiros dos tri-

butais de contas. Ele observa que um indicado político pode acabar examinando as contas do prefeito ou governador também de forma política.

Jefferson lembrou que há hoje descrença quanto à atuação independente dos tribunais e conselhos de contas e muitas vezes se questiona até mesmo sua necessidade.

Os senadores rejeitaram a retirada de algumas expressões do texto do projeto, proposta pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA). Se aprovada a emenda de destaque do senador baiano, os tribunais dos estados e municípios não precisariam cumprir algumas normas adotadas para o TCU na indicação de seus membros, como idade mínima de 35 anos e experiência profissional de dez anos do escolhido.

Rescisões na Justiça do Trabalho terão novas regras

O Senado aprovou projeto de lei originário da Câmara dos Deputados propondo modificação na legislação trabalhista para exigir que, no caso de pagamento em juízo de verbas rescisórias ao trabalhador, as parcelas incontroversas da rescisão contratual devam ser pagas pelo empregador à data do comparecimento perante a Justiça do Trabalho, sob pena de acréscimo de 50%. O projeto vai à sanção presidencial.

A matéria tramitou na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde o relator, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), apresentou parecer favorável, argumentando que a nova redação desse artigo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) irá impedir que alguns tribunais interpretem a parte incontroversa apenas como o salário básico do empregado, sem incluir direitos consagrados como férias e décimo terceiro salário.

Juvêncio: crédito pertencente ao trabalhador será protegido



Segundo Juvêncio, a nova regra prevendo acréscimo de 50% sobre a parte da indenização considerada "sem controvérsias" desestimulará os empregadores a optar pelo tortuoso caminho da Justiça do Trabalho para reduzir custos. "A medida é justa, porque protege o crédito pertencente ao trabalhador", disse.

Jefferson preside órgão de controle da área de inteligência

O órgão de controle externo das instituições nacionais de inteligência será presidido, até o final do ano, pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Ele foi eleito ontem e comandará a discussão da mensagem do Executivo que estabelece as diretrizes da política nacional de inteligência.

Instalado em novembro do ano 2000, o órgão é composto pelos líderes da maioria na Câmara dos Deputados, Jutahy Júnior (PSDB-BA), e no Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL); das minorias, o deputado Walter Pinheiro (PT-BA), e o senador José Eduardo Dutra (PT-SE); e os presidentes das comissões de Relações Exteriores das duas Casas — o deputado Hélio Costa (PMDB-MG) e o senador Jefferson Péres.

O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que fazia parte da comissão até julho passado e elaborou um relatório sobre a mensagem do governo, deve participar do órgão.

Aceitas indicações de embaixadores e ministro do TCU

Por 61 votos favoráveis, 5 contrários e 2 abstenções, o Plenário do Senado aprovou ontem mensagem do presidente da República indicando o nome de Benjamin Zymler para exercer o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Bento José Bugarin.

A indicação do diplomata Sérgio Augusto de Abreu Lima Sobrinho como embaixador plenipotenciário do Brasil junto ao Equador foi aprovada por 59 senadores e rejeitada por 5, com 2 abstenções.

Numa terceira votação secreta, o Senado aprovou o nome do diplomata Rui Antunes Neves Pinheiro de Vasconcelos para exercer o cargo de embaixador na Tunísia, por 62 votos favoráveis, 5 contrários e 1 abstenção.

Duas rádios comunitárias ganham concessão

O Plenário aprovou ontem duas concessões para exploração de serviços de radiodifusão comunitária. Foram beneficiadas a Associação Comunitária do Cruzeiro, na cidade de Umirim (CE) e a Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente, na cidade de Autazes (AM). Os decretos legislativos vão à promulgação.

Santos propõe debate sobre situação do aço

Segundo o senador, as vendas do produto vêm sendo prejudicadas devido à política protecionista dos Estados Unidos, especialmente, e da União Européia. Para ele, o Senado deve participar ativamente da dinamização do setor

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) informou ontem ao Plenário que encaminhou aos presidentes das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) requerimento solicitando a realização de audiência pública con-



Para Ricardo Santos, subsídio ao aço dos EUA prejudica o Brasil

junta para debater a situação do aço brasileiro, cuja exportação vem sofrendo restrições por parte dos Estados Unidos. Ele conclamou o Senado a participar permanentemente do esforço de dinamizar as vendas brasileiras ao exterior, lutando contra o protecionismo internacional.

Para Ricardo Santos, há uma contradição entre as recomendações dos países ricos, que incentivam o fluxo de comércio internacional, e suas ações, que aumentam, internamente, as medidas protecionistas. É o caso, citou, dos Estados Unidos e da União Européia, que bloqueiam o acesso dos países mais pobres e emergentes aos seus mercados.

O caso do aço brasileiro é um exemplo, disse o senador. Com a posse do presidente George W. Bush, as pressões da indústria minero-siderúrgica norte-americana voltaram-se contra a importação dos semi-elaborados do aço brasileiro, que somaram US\$ 630 milhões no ano passado.

O Executivo norte-americano iniciou, no dia 22 de julho passa-

do, nova investigação para determinar a existência de prejuízo ou ameaça ao setor minero-siderúrgico. Caso a denúncia seja considerada procedente, o governo pode decidir pelo subsídio às indústrias afetadas e impor restrições à importação do aço brasileiro. "Trata-se de uma ameaça concreta às nossas exportações", alertou Ricardo Santos.

O governo brasileiro, conforme o senador, evoluiu de uma ação nos bastidores para uma atuação mais visível e enérgica. O Senado, por sua vez, avaliou, pode e deve contribuir no esforço de proteção ao aço brasileiro, assim como deve trabalhar pelas exportações brasileiras de fumo, suco de laranja e outros produtos agrícolas que enfrentam concorrência de produção altamente subsidiada pelos Estados Unidos e União Européia.

Em aparte, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) concordou com a necessidade de o Senado ter presença nos temas ligados ao comércio exterior. As exportações brasileiras não têm aumentado, embora apresentem preço e qualidade, em função da imposição de barreiras não-tarifárias, afirmou. Também em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que governo e empresários precisam empreender uma cruzada para a decolagem das exportações brasileiras.



Audiência de terça-feira foi "muito proveitosa", segundo Ney Suassuna

Ney Suassuna ressalta debate com ministros

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que a audiência pública realizada terça-feira com os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, além do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, transcorreu "em nível extremamente elevado". Ele se disse surpreso com "declarações ácidas" a respeito do debate atribuídas a ele por órgão de imprensa. "Acho que foi uma grande tarde de debates, muito proveitosa."

Duas questões foram levantadas por Suassuna no encontro com a equipe econômica. A primeira, relacionada com a possibilidade de o governo insistir na taxa de inativos. A segunda, a respeito das perspectivas de correção do salário mínimo. O senador admitiu que a posição do governo indicando o envio de proposta de taxa de aposentados tem justificativa. "Apesar de a resposta não ter sido das mais agradáveis, concordo que, em economia e administração, não há milagre. Não se pode tirar dinheiro de onde não foram postos recursos", afirmou a respeito das necessidades de arrecadação do governo.

Suassuna se mostrou mais otimista ante a perspectiva de reajuste do salário mínimo que reponha as perdas do último ano. "Está na Lei de Diretrizes Orçamentárias a garantia de correção. Espero que se dê nos índices que a sociedade quer."

Viana sugere voto de censura a clonagem do ser humano

Requerimento apresentado ontem pelo senador Tião Viana (PT-AC) solicita que o Senado formule voto de censura aos cientistas Panayiotis Zavos, Severino Antinori e Brigitte Boisselier, apontando a indignação dos brasileiros frente ao anúncio de que irão clonar seres humanos. O senador lembrou os riscos que a prática da clonagem envolve, acrescentando que a iniciativa é considerada moral e cientificamente inaceitável por parte da comunidade científica e nociva ao patrimônio genético da Humanidade.

— Tal decisão, que fere todos os princípios éticos e filosóficos até agora defendidos pelas sociedades, encontrou um único paralelo ao longo da história da Humanidade, qual seja, aquela da eugenia, colocada em prática durante a Segunda Guerra Mundial sob os auspícios do nazismo — afirma o senador na justificativa da proposta.

Para o senador, a experiência científica representará um "desrespeito absoluto" ao mais elementar dos direitos humanos, que é a preservação do código genéti-



Para Tião Viana, a clonagem põe em risco a diversidade humana e animal

co. Ele afirma que esses experimentos ameaçam a diversidade humana e animal, colocando em risco a evolução das espécies.

Tião Viana afirmou ao Plenário que o Parlamento brasileiro deve tomar a responsabilidade de ter conhecimento técnico da matéria e pronunciar-se claramente sobre o assunto, que diz respeito ao futuro da espécie humana. O senador considera que a manipulação genética é um divisor de águas entre os velhos e os novos tempos, "somente comparável, em importância filosófica, à descoberta de Galileu Galilei", que demonstrou que a Terra girava ao redor do Sol.



EDISON LOBÃO RECEBE LÍDER DOS MÓRMONS

O presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), recebeu na tarde de ontem visita de cortesia do líder mundial da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Russel M. Nelson. O religioso estava acompanhado pelo deputado Moroni Torgan (PFL-CE), que é integrante da instituição.



POLICIAIS FEMININAS REIVINDICAM BENEFÍCIOS

Cerca de 200 policiais femininas de vários estados brasileiros reuniram-se ontem com o senador Romeu Tuma (PFL-SP). Elas solicitaram a extensão, às profissionais do sexo feminino, dos benefícios concedidos aos policiais.

Jader Barbalho volta à tribuna do Senado para rebater acusações

Senador explica ter pedido licença do cargo para permitir que os parlamentares avaliem sem constrangimento e serenamente todas as denúncias

Em seu primeiro discurso no Plenário após licenciarse da Presidência do Senado, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) rebateu, na tarde de ontem, as denúncias contra ele que vêm sendo examinadas pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Jader se disse inocente e afirmou ter pedido licença do cargo para permitir que os parlamentares avaliem sem constrangimento e serenamente todas as denúncias.

– Desconheço, na história republicana, gesto semelhante – afirmou.

O senador disse que chegou à Presidência do Senado com o



Jader fala de seu pedido de licença da Presidência: "Desconheço, na história republicana, gesto semelhante"

apoio da maioria absoluta dos parlamentares e lembrou que as denúncias agora sob exame do conselho já haviam sido apresen-

tadas antes mesmo da eleição. Ressaltou que o Senado não é uma "casa de principiantes", mas de homens experientes e com tarimba política, e lembrou que entre os senadores há um ex-presidente da República, vários ex-governadores e ex-ministros.

Ao justificar sua presença na tribuna, Jader disse que antes respondia apenas a uma "campanha" orquestrada por seus inimigos políticos e por parte da imprensa. Depois do afastamento dos

então senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, prosseguiu o presidente licenciado, foi como se a política brasileira estivesse se transformando em uma espécie de jogo de bilhar, do qual ele seria a "bola da vez".

– Por que deveria eu ficar, se tinha me envolvido em tantos debates, em tantas acusações recíprocas? – questionou o senador, que em seguida passou a responder às acusações que lhe são feitas, como o recebimento de propina para a liberação de recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; venda de Títulos da Dívida Agrária para pagar a desapropriação de fazenda fantasma e o desvio de recursos do Banco do Estado do Pará.



Ney Suassuna diz que Jader tem condições de reverter o quadro negativo

Suassuna elogia firmeza, Hartung mantém dúvidas

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, "marcou pontos" com a defesa feita em Plenário ontem. "Jader teve uma postura firme, tranqüila, até com uma pitada de ironia", avaliou Suassuna, para quem o senador paraense tem condições de reverter o quadro negativo que enfrenta.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), por sua vez, afirmou que esperava que o senador paraense renunciasse à Presidência do Senado, o que, em sua opinião, seria a saída política mais adequada para permitir que as denúncias que o envolvem fossem melhor investigadas. Simon afirmou ainda que é necessário avaliar com profundidade as provas do caso de desvio de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará).

– Nem uma matéria de revista nem o discurso do Jader vai me convencer para este ou aquele lado – disse.

Ao se pronunciar sobre o discurso de Jader, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) afirmou que ele não convenceu o Senado e o Ministério Público, que devem aprofundar as investigações. De acordo com o parlamentar do PPS, ainda existem muitas dúvidas sobre o caso Banpará e a aquisição da fazenda Chão Preto, que permanecem sem explicação.

No seu entendimento, Jader tentou se aproveitar do fato de a revista *IstoÉ* ter utilizado uma fita contendo gravações falsas, que o ligariam a um suposto esquema de propina, para desqualificar as outras provas existentes contra ele. Quanto à afirmação de Jader, de que a nota técnica sobre o desvio de recursos do Banpará teria sido assinada por assessores, Hartung classificou esse argumento de irrelevante.

Senador dá esclarecimentos sobre quatro denúncias

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) apresentou esclarecimentos para as denúncias feitas contra ele e que estão sendo examinadas no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Propina na Sudam

A revista *IstoÉ* publicou reportagem baseada em gravação na qual supostamente o deputado estadual do Amazonas Mário Frota estaria exigindo, em nome de Jader, uma propina de US\$ 5 milhões ao empresário David Benayon para facilitar a aprovação de projetos na antiga Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). O senador informou que o próprio de-

putado desmentiu judicialmente a notícia e garantiu que a voz gravada na fita não é dele. O senador também interpelou judicialmente o empresário envolvido no caso e aguarda o seu pronunciamento na Justiça.

Títulos da Dívida Agrária

A mesma revista noticiou, baseada na gravação de conversas telefônicas entre o subprocurador-geral da República aposentado Gildo Ferraz, o banqueiro Serafim Rodrigues de Moraes e sua atual mulher, Vera Arantes Campos (ex-corretora da Bolsa de Valores de São Paulo), que Jader Barbalho, quando ministro da Reforma

Agrária, teria recebido cheque utilizado na compra de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) fraudados. O senador afirmou que Vera Campos negou que o tivesse visto receber o cheque com o qual ela e seu marido pagaram a compra das TDAs. A ex-corretora teria apresentado esta versão em depoimento ao senador Romeu Tuma (PFL-SP) – um dos integrantes da comissão constituída no Conselho de Ética para apurar as denúncias – e a um delegado da Polícia Federal.

Escândalo do Banpará

Acusado de ter participado de desvio de verbas do Banco do Estado do Pará (Banpará) no período em que era governador do estado, na década de 80, Jader desqualificou a nota técnica escrita pela 5ª Câmara do Ministério Público Federal que o incrimina e serviu de base para o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, pedir a quebra do seu sigilo bancário. Segundo o senador, a nota, que aponta para "vee-

mentos indícios" de que ele se beneficiou da verba desviada, foi redigida por um assessor da 5ª Câmara, Carlos Alberto de Oliveira Lima, e por um analista pericial em economia, Fernando Sanchez de Souza. Na avaliação do presidente licenciado do Senado, os autores da nota técnica não têm qualificação para contrariar o parecer inicial do Banco Central, que concluiu pela falta de provas "convincentes e robustas" contra ele.

Agropecuária Campo Maior

Jader Barbalho também foi acusado de ter mentido ao Senado por não ter declarado à Receita Federal uma propriedade rural, a Agropecuária Campo Maior. Ele argumentou que no dia 16 de abril, em pronunciamento ao Plenário, disse que o imóvel rural não estava em sua declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, mas sim no da Fazenda Rio Branco Ltda., da qual ele é sócio. As cotas dessa fazenda é que estariam em sua declaração pessoal de bens. "Uma questão tributária e fiscal passa a ser motivo para incomodar o Conselho de Ética. E se eu tivesse cometido a omissão? O decoro parlamentar chegou a esse exagero?", disse.



Jader voltou à tribuna do Senado garantindo que é inocente

Tuma quer conhecer autoria da nota técnica sobre desvios

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), coordenador da comissão especial criada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para investigar as denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, afirmou que vai apurar se a nota técnica sobre o desvio de verbas



Romeu Tuma informou que documento será analisado por técnicos do Banco Central

do Banco do Estado do Pará (Banpará), elaborada pela 5ª Câmara de Patrimônio Público e Social, órgão do Ministério Público Federal, é de autoria de técnicos contratados pela instituição.

Em discurso feito na tarde de ontem, Jader Barbalho disse que a nota técnica foi redigida por um assessor da 5ª Câmara e um analista pericial em economia, ambos, na sua avaliação, sem qualificação para contrariar o parecer inicial do Banco Central, que concluiu pela falta de provas "convincen-

tes e robustas" que o incriminassem no caso. Por outro lado, Romeu Tuma destacou que o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, ao entregar-lhe a nota técnica, informou que o documento fora elaborado com o auxílio de dois peritos do Banco Central colocados à disposição do Ministério Público.

Mesmo que a nota técnica tenha sido elaborada por assessores que não pertencem aos quadros do Banco Central, Romeu Tuma opinou que o fato não a desqualifica. Ele antecipou que as informações registradas no documento serão analisadas por especialistas do Banco Central e do Tribunal de Contas da União (TCU). "Vamos comparar a nota técnica com outros documentos que expliquem a movimentação financeira registrada", afirmou.

Procurador do Banco Central será convidado a depor

O coordenador dos trabalhos da comissão especial que investiga as denúncias contra Jader Barbalho, senador Romeu Tuma, informou que pretende, juntamente com os senadores Jefferson Péres e João Alberto Souza, membros da comissão, convidar o procurador-geral do Banco Central, José Coelho Ferreira, para depor na próxima terça-feira, dia 21.

Coelho, que será sabatinado dia 22 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por ter sido indicado para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), foi responsável pela elaboração de parecer do Banco Central isentando Jader Barbalho de participação em desvios no Banco do Estado do Pará (Banpará). O ex-presidente do BC Francisco Gros também será convidado a depor brevemente, informou Romeu Tuma.

O senador declarou ainda que não recebeu pedido de apressamento dos trabalhos por parte do presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Geraldo Al-

thoff. Mas lembrou que a comissão está fazendo o que é necessário.

— Nós não vamos queimar etapas, pois isso poderia prejudicar até o próprio senador Jader. As investigações estão sendo feitas no ritmo possível e ninguém está indo a passo de tartaruga. E durante esse período, até a conclusão dos trabalhos — estimado em duas semanas —, Jader poderá se pronunciar no momento que quiser — declarou.

Tuma disse ainda que, caso Geraldo Althoff não concorde com o andamento que está sendo dado pela comissão especial, ele poderá avocar o processo ao Conselho de Ética.

A comissão especial está aguardando os resultados periciais da fita com a conversa que poderia incriminar Jader Barbalho em intermediação de financiamentos da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e também os relatórios do Banco Central. O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, prometeu a documentação para até hoje.

Althoff diz que investigação terá "o tempo necessário"

Para o presidente interino do Conselho de Ética, a comissão que apura denúncias contra Jader Barbalho é que determinará ritmo dos trabalhos

O presidente interino do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), afirmou que "o sentimento partidário não pode prevalecer" no colegiado, que está examinando denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). Segundo disse, "a presidência do conselho vai dar oportunidade para que todos tenham suas posições definidas".

O ritmo dos trabalhos do conselho, segundo Althoff, será determinado pela comissão de sindicância que investiga as denúncias. Ele afirmou ainda que irá avaliar tudo o que a comissão entender que deva ser feito.

— Não podemos atropelar os fatos de maneira alguma. A comissão de sindicância tem autonomia para solicitar o tempo que achar

necessário — afirmou.

Integrante do conselho, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que o pronunciamento feito ontem por Jader Barbalho em nada alterou sua posição sobre o caso.

— No Conselho de Ética vou agir com a isenção que o Código de Ética e Decoro Parlamentar manda. Mas continuo com a convicção que tinha com

relação ao caso Banpará: não tenho dúvida da participação dele em uma operação fraudulenta de desvio de recursos públicos.

Ela afirmou que o discurso de Jader "apenas reproduziu, de maneira organizada, o que ele já vinha dizendo de forma setorizada



Geraldo Althoff: "Não podemos atropelar os fatos de maneira alguma"

para a imprensa". A senadora enfatizou que o senador não mencionou o desvio de recursos do banco, mas apenas contrapôs a nota da Procuradoria Geral da República e o parecer do Banco Central que o inocentam à nota técnica da 5ª Câmara do Patrimônio Público.

Também membro do conselho, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) enfatizou que Jader não apresentou uma "negativa incisiva" em relação ao caso Banpará. O parlamentar entende que a comissão de sindicância do Conselho de Ética deve ouvir todos os envolvidos na questão.

Jader pede pressa no depoimento ao Conselho de Ética

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, transmitiu ontem pela manhã a integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar apelo do presidente licenciado da Casa, Jader Barbalho, para que sejam acelerados os trabalhos de investigação das denúncias contra o parlamentar paraense.

Jader solicitou também que seu depoimento seja realizado o mais rápido possível. Nas conversas com senadores do conselho, alguns dos quais componentes da comissão que

realiza a apuração das denúncias, Lobão destacou que o pedido não deveria ferir os prazos regimentais.

Edison Lobão revelou ainda que o apelo de Jader foi feito durante encontro, na noite de terça-feira, do qual também participou o primeiro-secretário da Casa, senador Carlos Wilson (PPS-PE), na residência do presidente licenciado.

De acordo com Lobão, Jader



Lobão transmitiu ao conselho o apelo de Jader

comentou, para ilustrar "o seu sofrimento", o caso da fita gravada com uma suposta cobrança de propina para intermediar liberação de verbas da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O parlamentar paraense lamentou o "grande crédito dado à validade da fita, para depois verificar-se que era falsa".

Jefferson admite audiência antecipada do senador

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou ser possível uma antecipação do depoimento do senador Jader Barbalho perante a comissão especial do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que investiga denúncias contra o parlamentar paraense. Integram a comissão, além de Jefferson, os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e João Alberto Souza (PMDB-MA). Em entrevista após o discurso de Jader em Plenário, Jefferson disse que a comissão poderia "fazer uma concessão",



Jefferson: examinando documentos



Para João Alberto, Jader saiu-se muito bem

caso ele pedisse a antecipação de seu depoimento.

— Mas, se depender de mim, o depoimento dele será o último — adiantou.

Jefferson observou não poder dizer, "em sã consciência", se o presidente licenciado foi convincente ou não e considerou difícil avaliar se o discurso de Jader trouxe algum fato novo.

— Tenho de examinar documentos e depoimentos — afirmou.

Já o senador João Alberto considerou que o presidente licenciado "saiu-se muito bem" no discurso de defesa. Ele ressaltou, no entanto, que os argumentos de Jader não significam um ponto final e que as investigações devem prosseguir. Para o senador, Jader começa a reabilitar-se.

Trabalho escravo pode gerar confisco de fazenda

Aprovada pela CCJ, proposta de Ademir Andrade será submetida à análise do Plenário. Comissão acolheu também projeto que proíbe motoristas de ônibus e caminhões dirigir sem interrupção por mais de quatro horas

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram, na reunião de ontem, parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que determina que propriedades rurais em que o trabalho escravo seja explorado serão expropriadas e confiscadas sumariamente e suas terras usadas para fins de reforma agrária. A matéria segue para apreciação do Plenário.

Na avaliação de Tuma, a proposta é oportuna, pois o trabalho escravo, muitas vezes com a submissão de pessoas a cárcere privado, é crime hediondo. A hipótese proposta por Ademir soma-se à possibilidade de expropriação de terras

em que forem cultivadas plantas de efeito psicotrópico, que consta do art. 243 da Constituição.

— O confisco, na hipótese de constatação do trabalho escravo, constituirá instrumento capaz de coibir a ação violenta e cruel de proprietários de terras — disse o relator.

A CCJ, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ainda parecer de Osmar Dias (sem partido-PR) favorável ao projeto de lei que proíbe que motoristas de ônibus e caminhões dirijam ininterruptamente por mais de quatro horas e estabelece que o profissional deve descansar pelo menos uma hora de forma contínua.

A proposta, de autoria do governo federal, já aprovada pela Câmara,

prevê que, a cada dia, os motoristas devem ter pelo menos um intervalo ininterrupto de doze horas para descanso e, em caso de descumprimento, o veículo pode ser interceptado temporariamente e multado.

Osmar Dias afirmou que seu parecer se refere à constitucionalidade, mas anunciou que na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde também é relator da matéria, irá apresentar emendas para alterar o mérito do projeto que, segundo ele, envolve interesses de empresários e trabalhadores.

Pedido de vista do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) adiou a votação do parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) que sugere a rejeição das emendas da Câmara dos Deputados a projeto do



Ademir propõe que propriedades onde haja trabalho escravo sejam usadas para reforma agrária

Senado que faculta à pessoa jurídica deduzir do Imposto de Renda o valor referente à alíquota paga sobre os salários de portadores de deficiência física ou maiores de 60 anos que tenham vencimento de até três salários mínimos.

Os senadores da CCJ iniciaram ainda a discussão do projeto de lei do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que determina que, quando houver eleição para o preenchimento de duas vagas de senador por estado, o horário eleitoral gratuito será dividido por dois, independentemente de o partido indicar apenas um candidato. A matéria tramita em caráter terminativo.

— Um partido não pode ser beneficiado por apresentar um único candidato às duas vagas em disputa ou por lançar um candidato tão-somente para que ele renuncie mais adiante para permitir que o remanescente concorra a apenas uma cadeira com tempo duplicado — disse o relator da matéria, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

CCJ adia sabatina de procurador do Banco Central indicado para o STM

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu, a pedido dos senadores da comissão, prazo de sete dias para que seja analisado o relatório de Romero Jucá (PSDB-RR) favorável à mensagem do presidente da República que indica o procurador-geral do Banco Central (BC), José Coelho Ferreira, para ocupar o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Assim, ficou adiada para a próxima quarta-feira, às 10h, a sabatina de Ferreira.

Antes da concessão da vista, porém, a CCJ rejeitou, com voto de desempate dado por Cabral, requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que pedia o adiamento da sabatina de Ferreira até que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se manifestasse sobre as acusações de envolvimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) com o desvio de recursos do Banpará.

Dutra argumentou que o parecer assinado por Ferreira sobre as investigações realizadas pelo BC acerca dos desvios de recursos do Banpará atesta que não foi possível identificar provas suficientes no sentido de indiciar Jader. O parecer de 1990, continuou o senador, afirma ainda que é impossível identificar os beneficiários



Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pediram prazo para analisar o relatório sobre a indicação de José Coelho Ferreira

dos desvios e sustenta ser inócuo insistir na busca por provas no âmbito do BC. Com esse conteúdo, o parecer, ressaltou Dutra, está exposto na Internet como uma peça de defesa de Jader.

Por outro lado, Dutra ressaltou que a nota técnica da 5ª Câmara do Ministério Público (MP) da União, que analisou o mesmo relatório sobre o qual Ferreira teria se baseado para emitir o seu parecer, “tem conclusões diametralmente opostas”. O MP conclui que há indícios veementes de que Jader está entre os beneficiários do desvio dos recursos.

— O fato é que se a nota técnica estiver certa, a procuradoria do BC foi incompetente, omissa ou desidiosa. Se o contrário, o MP está sendo irresponsável. Se analisarmos a indicação, significa que a CCJ atravessou na frente do tra-

balho do Conselho de Ética e emitiu juízo de valor. Se a CCJ rejeitar a indicação de José Coelho, queiramos ou não, vamos dizer: “o Jader tá ferrado”. Se aprovar, a defesa vai estar fortalecida. Em nome da cautela, proponho que a sabatina seja adiada — afirmou.

Líder do governo, Jucá afirmou que analisou os pareceres que o BC emitiu sobre o caso Banpará e assegurou que Ferreira não tomou posição no sentido de postergar o andamento do processo ou proteger quem quer que seja.

— Os documentos demonstrarão que, na verdade, ao contrário do que a imprensa diz, o BC ajudou a investigação e o Ministério Público. Impedir que ele seja sabatinado é um pré-julgamento. Não ouvi-lo parece uma condenação tácita — declarou Jucá, apoiado por Francelino Pereira (PFL-MG).

Críticas de Requião, Simon, Jefferson e Heloísa Helena

Em debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a indicação do procurador-geral do Banco Central, José Coelho Ferreira, para o Superior Tribunal Militar (STM), o senador Roberto Requião (PMDB-PR) se disse “estupefato com a indicação”, comparando-a com a escolha

de Teresa Grossi, que teve participação na ajuda financeira aos bancos Marka e FonteCindam, para a diretoria do BC.

— A manobra do governo procura dar imunidade para que ele (Ferreira) não seja processado e preso, retirando-o do alcance da Justiça. E por isso o governo nos submete a esse vexame e essa humilhação. Me recuso a ser mais uma vez humilhado. Os fatos são gritantes — declarou Requião.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que a procuradoria geral do BC também endossou o socorro financeiro ao Marka, pois emitiu, depois da decisão da diretoria do BC, parecer justificando a operação. Apesar de Jucá registrar que na época da desvalorização do real Ferreira estava de férias, Simon disse que Ferreira deveria ter punido os procuradores responsáveis pelo parecer.

— Esse é um cargo que a gente dá para pessoa que tem méritos.

Adiar a sabatina é ato de precaução e demonstra que não temos nada contra e nem a favor dele. Aprovar o nome agora é dar a ele um salvo-conduto — afirmou Simon, que lembrou ainda que a procuradoria foi omissa na apuração do rombo financeiro no Banco Nacional.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), os critérios constitucionais, que determinam que o indicado para um tribunal superior tenha reputação ilibada e notório saber jurídico, deveriam ser tomados ao pé da letra.

— Não podem pairar dúvidas sobre um indicado. Gostaria muito de ver essas sabatinas não se transformarem em um ritual vazio. Gostaria que os senadores preservassem a instituição Senado. A Constituição não contém expressões vazias, inúteis, inócuas. Esses critérios não valem nada, não consideramos isso? — questionou.

Heloísa Helena (PT-AL) estranhou o fato de Jucá ter revelado que já teve acesso aos documentos sigilosos sobre o desvio de recursos do Banpará, visto que eles ainda não chegaram ao Senado.

— Ou vamos ter que denunciar os procuradores da República por litigância de má-fé ou então o indicado não tem reputação ilibada. O melhor espaço para que façamos esse debate é, em primeiro lugar, no Conselho de Ética — sustentou a senadora.

Simon afirma que PMDB terá candidato próprio ao Planalto

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) reafirmou ontem que seu partido terá candidato próprio ao Planalto nas próximas eleições, e contestou o colunista Márcio Moreira Alves, o qual escreveu que, "na hora decisiva, o PMDB seguirá com o candidato do Planalto".



Pedro Simon lamenta afirmações de Márcio Moreira Alves

— De onde o senhor Márcio tira essa conclusão? Quero acreditar que ele pode estar convivendo demais com o Palácio do Planalto. Só aceitei ser pré-candidato como uma missão, um sacrifício. Tenho sido recebido com muito carinho por onde vou. Mas, se Itamar Franco ficar no PMDB e for escolhido pelo partido como seu candidato à Presidência, fico satisfeito e vou lutar por sua eleição — sustentou.

O senador lamentou as referências que Márcio Moreira Alves fez

a ele na edição de ontem do jornal *O Globo*, quando sustentou que nem os parlamentares peemedebistas acreditam que seja séria a candidatura do senador.

Simon disse esperar pedido de desculpas do colunista, principalmente sobre uma afirmação de que ele não teria hesitado em "se aliar ao ministro Eliseu Padilha para derrotar a chamada banda boa do PMDB no Rio Grande do Sul". Disse que não participou da campanha para a eleição do presidente do partido em seu estado e só no dia da votação divulgou nota dizendo que seu voto era de Cezar Schirmer.

— O senhor Márcio não poderia ter escrito isso, porque não é verdade. Não me aliei com ninguém, não participei de nada. É uma afirmação gratuita e grosseira — frisou.

Jornalista fala à TV Senado

O jornalista Márcio Moreira Alves é o convidado do programa *Entrevista*, da TV Senado, hoje. Ele fala sobre o lançamento do seu livro *Gostei do Século*. O programa vai ao ar às 7h30, 14h e 20h30.

No *Entrevista* que vai ao ar às 9h30 e 18h30, o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) fala sobre a emenda de sua autoria que modificou projeto do senador Pedro Simon que

obriga as emissoras de TV a transmitirem pelo menos cinco horas de programação semanal voltada para a educação moral e intelectual de menores. O programa *Cidadania* recebe o senador Pedro Simon e o padre Virgílio Leite Uchôa, membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, que falam sobre política e exclusão social. O programa vai ao ar às 19h30.

Jucá elogia programa do Ministério da Educação

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou ontem o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e agradeceu o repasse dos recursos do programa Dinheiro Direto na Escola, que atenderá 337 escolas no estado de Roraima. Baseado em nota do ministério, Jucá informou que, neste ano, estão assegurados R\$ 873,4 mil no orçamento para as escolas das redes estadual e municipal. "Já foram repassados R\$ 730,2 mil para atender 262 escolas, beneficiando 65.252 alunos", acrescentou.

Segundo Jucá, o programa pre-

tende fortalecer o processo de autonomia e gestão escolar, descentralizando verbas e repassando-as diretamente para as escolas manterem em boas condições suas instalações, equipamentos e recursos pedagógicos. O senador lamentou que cinco municípios de Roraima ainda não tenham aderido ao programa e, portanto, não estejam recebendo os recursos diretamente. São os municípios de Alto Alegre, Amaraji, Iracema, Rorainópolis e Uiramutã. Ele disse que enviará correspondência aos respectivos prefeitos pedindo que providenciem a habilitação dos municípios.



Romero Jucá quer adesão de todos os municípios de Roraima

PT quer ouvir ministros militares sobre espionagem

Denúncia de operação tendo como alvo o Movimento dos Sem Terra motiva requerimento de convocação assinado por três senadores

O Partido dos Trabalhadores apresentou ontem requerimento em que pede a convocação de ministros militares para esclarecerem, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), denúncia publicada pela *Folha de S. Paulo*, segundo a qual o Exército vem espionando membros do Movimento dos



Suplicy é um dos autores do requerimento de convocação dos ministros

Sem Terra (MST) desde 1998. O requerimento é assinado pelos sena-

dores Eduardo Suplicy (SP), Geraldo Cândido (RJ) e Tião Vianna (AC).

A convocação é dirigida ao ministro-chefe do Gabinete da Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, ao ministro da Defesa, Geraldo Quintão, e ao comandante do Exército, general Gleuber Vieira. Conforme a re-

portagem, um relatório secreto do Exército acusa o MST, a Central Úni-

ca dos Trabalhadores (CUT) e o PT de comporem uma "brigada paramilitar".

No requerimento, os senadores reproduzem parte da reportagem, a qual afirma que a operação de espionagem, financiada com "verbas públicas ocultas", teria duração indeterminada e estaria em vigor até hoje. Ainda de acordo com a matéria do jornal, "em troca de irrisórias contribuições em dinheiro e pequenos favores — como consultas médicas —, uma rede de informantes coleta para o Exército dados sobre o MST, suas lideranças, políticos e partidos simpatizantes".

Dutra repudia ação atribuída ao Exército

Dizendo-se "estupefato e indignado", o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) repudiou ontem acusação contra o Partido dos Trabalhadores (PT), que estaria apoiando brigadas armadas que objetivam promover a desordem. A acusação faz parte de relatório secreto da chamada "Operação Pescado", produzido pelo serviço de espionagem mantido pelo Exército brasileiro e publicado ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*. O relatório afirma que o Movimento dos Sem Terra (MST), a

Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o PT apoiaram, direta e indiretamente, no ano passado, organizações paramilitares.

— Esse relatório, em plena democracia, é um absurdo. Os termos utilizados são parecidos com os usados na época da ditadura. E o pior é que essa "Operação Pescado" é mantida com re-



Para Dutra, "relatório, em plena democracia, é um absurdo"

ursos públicos, por meio de verbas ocultas, e continua em vigor — afirmou Dutra.

O senador disse que o Bloco Oposição está analisando quais medidas deve tomar para que a espionagem seja esclarecida. "Esse tipo de ação não tem nada a ver com a missão

prevista na Constituição para as Forças Armadas", concluiu.

Geraldo Cândido manifesta apoio à greve do funcionalismo público

Ao registrar que, segundo dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), 76,08% de todos os servidores públicos federais civis estão sem receber aumento ou reajuste desde 1995, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) externou seu apoio e solidariedade à greve que a categoria está marcando para o próximo dia 22. Ele opinou que o funcionalismo federal e a previdência social foram escolhidos pelo governo Fernando Henrique Cardoso como bodes expiatórios dos problemas financeiros do país.

— Existe uma intensa e caluniosa campanha contra os servidores públicos conduzida pelo governo e apoiada pelos meios de comunica-

ção de massa, baseada em generalizações e sofismas inaceitáveis que procuram apresentar os funcionários como marajás privilegiados que vivem sem trabalhar, às custas do dinheiro público — afirmou o senador.

Citando dados do documento "A questão salarial dos servidores públicos federais", elaborado pelo Dieese, Geraldo Cândido informou que as perdas salariais dos funcionários que não tiveram aumento ou reajuste desde 1995 chegam a 43,01%. Ele explicou que, para que os salários destes servidores retornassem ao mesmo poder de compra de 1º de janeiro de 1995, o reajuste necessário sobre os vencimentos de dezembro de 2000 deveria ser de 75,48%.



Geraldo Cândido critica "campanha caluniosa" contra os servidores

Parlamentares negros debatem desigualdades

Ao comunicar que no período de 31 de agosto a 7 de setembro ocorrerá na África do Sul conferência mundial sobre o combate ao racismo e contra a discriminação e a xenofobia, o senador Geraldo Cândido registrou a realização de encontro de parlamentares negros, entre os dias 26 e 28 de julho, que produziu um documento com várias propostas para combater as desigualdades sociais que atingem a população negra brasileira.

Intitulado "Carta de Salvador", em alusão à cidade onde o encontro foi realizado, o documento defende, entre outras iniciativas, a criação de um Fundo Nacional de Reparação, cujos recursos seriam fixados por lei e representariam um percentual vinculado às receitas da União, dos estados e municípios, para o financiamento de projetos especiais de caráter reparatório.

Mauro quer retomar debate sobre o Código de Trânsito

Acidentes matam 40 mil pessoas por ano no país, lembra o senador, destacando que acidentados chegam a 350 mil

Em virtude do não-cumprimento do novo Código de Trânsito Brasileiro, que entrou em vigor em janeiro de 1998, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu que as autoridades governamentais, o Congresso Nacional e setores importantes da sociedade organizada retomem o debate sobre a atual situação desse texto legal. Na opinião do senador, apesar de ter provocado algumas mudanças significativas no sistema nacional de trânsito, o código, nesses três anos e meio de vigência, não conseguiu implantar normas para uma série de pontos essenciais ao funcionamento de todo o sistema.

— É muito importante que sejam tomadas providências urgentes em relação a aspectos que são de fundamental importância para a sobrevivência da lei. Entre eles, podemos listar o respeito à faixa do pedestre, que na realidade só prosperou em Brasília; a questão das multas aos pedestres, que continua apenas no papel; o programa de educação para o trânsito, que até hoje não existe; a inspeção veicular, que é de suma im-



Mauro Miranda: "É importante que sejam tomadas providências urgentes"

portância e que não é feita devidamente, e a questão da pontuação, que só está funcionando em São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

O senador acrescentou ser importante lembrar que, com o passar do tempo, "lamentavelmente", os debates envolvendo esses diversos itens foram sendo deixa-

dos um pouco de lado, prejudicando inclusive a credibilidade do código.

Dados do Programa de Redução de Acidentes nas Estradas (Pare), vinculado ao Ministério dos Transportes, indicam que cerca de 350 mil pessoas são acidentadas anualmente no trânsito, das quais mais da metade tem idade inferior a 35 anos. Do total de acidentados, aproximadamente 40 mil são vítimas fatais, informou o parlamentar.

Mauro citou também dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) que apontam Goiânia (GO) como a segunda no *ranking* das capitais do país com maior número de vítimas de acidentes de trânsito, ficando atrás apenas de Belo Horizonte (MG). Baseado em levantamento de 1999, afirmou o senador, o Denatran constatou em Goiânia a ocorrência de 6.648 vítimas de acidentes, o que representa 600 vítimas para cada 100 mil habitantes. Na capital mineira, acrescentou Mauro Miranda, há 638 vítimas no mesmo universo de 100 mil habitantes.

Mozarildo cobra atenção a crianças de países que se encontram em guerra

Ao considerar que a Humanidade não pode fingir ignorar a realidade em que vivem as crianças dos países em guerra, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) cobrou maior empenho da comunidade internacional "na prevenção dos conflitos, na busca de soluções pacíficas para suas contendas e no apoio aos países vítimas de destruição".

Mesmo reconhecendo que isso não eliminará os conflitos em que vários países estão envolvidos, o senador acredita que o firme empenho internacional poderá colocar um freio à escalada de violência que vitima milhões de crianças. Ele citou relatório recente do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) segundo o qual, nos últimos 10 anos, os conflitos bélicos resultaram na morte de 2 milhões de crianças, na orfandade de 1 mi-

lhão e em seqüelas físicas e mentais para outras 10 milhões.

— As crianças da guerra são submetidas a um inferno maior que o da pobreza, da fome e da doença, pois elas vivem em regiões de conflitos armados, perderam casa, pais, irmãos em batalhas cruéis, são mutiladas por minas antipes-

soais, são obrigadas a empunhar armas e lutar como adultos por uma causa que nem sequer entendem e também são mortas pela insanidade e ganância dos senhores da guerra — afirmou.

Os dramáticos números levantados pelo Unicef sobre as crianças da guerra motivaram, conforme o senador, a realização, no final do ano passado, de conferência internacional em que as próprias crianças afetadas pelos conflitos deram seus depoimentos. A África e a Ásia foram os continentes em que se registraram os cenários e números mais assustadores a respeito da situação das crianças, completou o senador.

Mozarildo Cavalcanti: conflitos resultaram na morte de 2 milhões de crianças em 10 anos



Eduardo ressalta aumento da arrecadação do ICMS nos estados

Ao comentar o crescimento da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos estados durante o primeiro semestre deste ano, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) ressaltou que o estado do Tocantins ficou em 9º lugar nesse *ranking*, com um crescimento de 12,04% na arrecadação. "Esse é mais um dado que demonstra o efetivo processo de desenvolvimento que vem ocorrendo no Tocantins e em toda a Amazônia", ressaltou Eduardo Siqueira Campos.

O senador citou levantamento feito pelo economista Luiz Carlos Vitalli, segundo o qual o cresci-

mento real da arrecadação do ICMS no país, nesse período, foi de 8,74%.

Eduardo também defendeu a criação de um código de desenvolvimento da Amazônia que garanta ocupação produtiva e sustentável. Na sua opinião, são urgentes investimentos em infraestrutura, especialmente num sistema de transporte modal, integrando rodovias e hidrovias, que permitiria direcionar os transportes para os grandes mercados do Hemisfério Norte e, simultaneamente, investir no aproveitamento do potencial de geração de energia hídrica dos grandes rios amazônicos.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Especial* — Guerra do Contestado
6h30 — *Agenda Econômica* — Luís Pinguelli Rosa, professor da UFRJ, fala sobre a crise de energia
7h30 — *Entrevista* — A senadora Maria do Carmo fala sobre a seca do Nordeste
8h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
8h30 — *Saúde/Unip* — Dor no ombro
9h — *Entrevista* — A coordenadora do Ipea, Anna Maria Peliano, fala sobre a ação social das empresas
9h30 — Comissão de Assuntos Econômicos — Audiência pública com o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles (gravado)
11h30 — *Idéias* — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos

12h — *Especial* — Guerra do Contestado
12h30 — *Entrevista* — A senadora Maria do Carmo fala sobre a seca do Nordeste
13h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade
13h30 — *Agenda Econômica* — Luís Pinguelli Rosa, professor da UFRJ, fala sobre a crise de energia
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — A coordenadora do Ipea, Anna Maria Peliano, fala sobre a ação social das empresas
19h — *Especial* — Guerra do Contestado
19h30 — *Agenda Econômica* — Luís Pinguelli Rosa, professor da UFRJ, fala sobre a crise de energia
20h30 — *Entrevista* — A senadora Maria do Carmo fala sobre a seca do Nordeste
21h — *Journal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirectTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica - Sistema Digital:
• Satélite - B1
• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 Mhz
• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
• Antena - 3,6 m LNB
• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
• Symbol 3,2143MS-S
• FEC: 3/4
• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização - Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Projeto aprovado pela CAS fixa o valor das anuidades devidas pelos corretores aos conselhos regionais em que estão inscritos

CAS define voto direto para conselhos de corretores

Os 27 membros que integram os conselhos regionais de corretores de imóveis passarão a ser eleitos em chapa, por voto direto, secreto e obrigatório dos profissionais da categoria, que ficarão sujeitos ao pagamento de multa em valor máximo equivalente ao da anuidade caso deixem de votar sem causa justificada. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que aprovou substitutivo do senador Moreira Mendes (PFL-RO) a projeto de lei apresentado pelo ex-senador José Roberto Arruda.

A proposta modifica a Lei nº 6.530, que regulamenta a profissão de corretor de imóveis, e deverá ser examinada em turno suplementar pela comissão, em decisão de caráter terminativo. Atualmente, um terço dos conselheiros é indicado por entidades sindicais da categoria.

O projeto também fixa o valor das anuidades devidas pelos corretores aos conselhos regionais em que estão inscritos. A pessoa física ou a firma individual contribuirá com R\$ 285. A pessoa jurídica, por sua vez, contribuirá conforme a faixa de capital social em que estiver inserida, faixas que o relator ampliou de quatro para cinco. Assim, corretoras com até R\$ 25 mil de capital social pagarão R\$ 570 aos conselhos regionais; de R\$ 25 mil a R\$ 50 mil, R\$ 712; de R\$ 50 mil a R\$ 75 mil, R\$ 855; de R\$ 75 mil a R\$ 100 mil, R\$ 997; e acima de R\$ 100 mil, R\$ 1.140.

O texto original fixava as anuidades em Ufir, indexador extinto por medida provisória e substituído por Moreira Mendes por valores equivalentes em reais, a serem corrigidos anualmente pelo índice oficial de preços ao consumidor.

Francelino elogia lançamento do Projeto Alvorada em Diamantina

Ao registrar o lançamento do Projeto Alvorada, ocorrido na terça-feira, em Diamantina (MG), o senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse que a iniciativa já beneficia 389 municípios de 24 dos 27 estados brasileiros, sendo que 275 pertencem a Minas Gerais. Segundo o parlamentar, o projeto prevê diversas ações assistenciais em todos os municípios do país que apresentam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo de 0,500. Até o final do ano, acrescentou, o repasse de recursos previstos para o programa será de R\$ 1,6 bilhão.

Segundo o senador, em Diamantina e nos demais municípios mineiros atendidos pelo Projeto Alvorada, os recursos serão aplicados principalmente nos programas Bolsa-Escola ou garantia de renda míni-



Francelino quer continuidade do projeto de construção do aeroporto de Diamantina

ma; erradicação do trabalho infantil; saneamento básico com vistas à redução da mortalidade infantil; saúde em família e agentes comunitários.

— Também serão aplicados recursos na redução da mortalidade materna e neonatal; capacitação de mão-de-obra; ações no ensino fundamental para jovens e adultos; energia em pequenas comunidades; apoio à agricultura familiar e programas com vistas a desenvolver o turismo ecológico — destacou Francelino Pereira.

O senador também fez apelo ao Comando da Aeronáutica em favor da complementação do projeto de construção do aeroporto de Diamantina. Segundo ele, é preciso ampliar a pista de pouso e seu balizamento, para permitir a operação de aeronaves maiores.

Uso do FGTS para compra de imóvel pode ser ampliado

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais beneficia trabalhadores com financiamentos concedidos por fundos de pensão

Os trabalhadores que tiverem financiamento imobiliário concedido por fundos de pensão poderão utilizar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para complementar o pagamento da casa própria, independentemente de o imóvel ser financiável nas condições vigentes para o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Isso é o que estabelece projeto da Câmara aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado e que agora vai à apreciação do Plenário.

Ao relatar a matéria favoravelmente, o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) destacou que atualmente apenas financiamentos ha-



Waldeck Ornelas deu parecer favorável ao projeto originário da Câmara

bitacionais concedidos no âmbito do SFH ou operações financiáveis nas condições vigentes para esse sistema podem ser objeto de utilização de recursos do FGTS.

— Com isso, milhares de trabalhadores habilitados a adquirir moradia em outras condições não têm acesso aos recursos acumulados em suas contas vinculadas, entre eles os participantes de fundos de pensão — esclareceu Ornelas.

Para o senador, a proposta de permitir que os detentores de financiamento das entidades fechadas de previdência complementar façam uso dos recursos do FGTS, além de justa, não tenderia a descapitalizar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na medida em que atinge apenas parcela dos trabalhadores hoje excluídos de tal acesso.

Comissão vai ouvir Serra sobre mudança nos planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem requerimentos do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) convidando o ministro da Saúde, José Serra, e o presidente da Agência Nacional de Saúde, Januário Montone, para debaterem a medida provisória que altera a lei dos planos e seguros de saúde. Inicialmente, a audiência pública está marcada para o dia 22, quarta-feira, mas ainda não há confirmação.

Rocha também obteve autorização da CAS para formação de grupo de trabalho, a exemplo do que já fez a Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, para, juntos, estudarem as alterações que a MP pretende introduzir nos planos de saúde. Por indicação do presidente da comissão, senador Ro-

meu Tuma (PFL-SP), formarão o grupo de trabalho, além de Rocha, os senadores Tião Viana (PT-AC), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Geraldo Althoff (PFL-SC).

Por sua vez, o Simpósio sobre Saúde Suplementar teve sua realização mantida para os próximos dias 28 e 29 de agosto, no auditório Petrônio Portella do Senado. Geraldo Althoff desistiu do requerimento que pretendia apresentar para adiar o evento, aceitando os argumentos de Sebastião Rocha sobre os prejuízos que a mudança de datas poderia provocar. Segundo Rocha, além da divulgação feita em todo Brasil, mais de 200 pessoas já se inscreveram para o simpósio, cujo objetivo será o de realizar balanço da situação do setor de saúde suple-



Rocha pediu criação de grupo de trabalho sobre planos de saúde

mentar no Brasil.

CIRURGIA PLÁSTICA

Também foi aprovado requerimento de Rocha indicando o nome do cirurgião plástico José Carlos Daher, membro da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e Coordenador da Comissão Nacional de Assessoria Jurídica e Administrativa (Conaja) da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, como convidado a participar de audiência pública que analisará as diversas aplicações do silicone para fins médicos, a realizar-se nos dias 28 e 29 deste mês.

Viana: Itamaraty deu assistência à família de morto em Jerusalém

O senador Tião Viana (PT-AC) disse ontem que o Itamaraty parece ter cumprido judiciosamente a sua função constitucional em relação à assistência prestada à família de Jorge Balazs, brasileiro morto no atentado no centro de Jerusalém na semana passada. Como membro efetivo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o senador informou

que fez consulta formal ao Itamaraty ao ler nota publicada no "Painel" da *Folha de S. Paulo*, na terça-feira, na qual Raquel Santille, parente dos Balazs, declara que a assistência à família foi "quase nula".

De acordo com o senador, sua consulta foi respondida de pronto pelo embaixador João Carlos de Souza Gomes, chefe da Asses-

soria de Relações com o Congresso do Ministério das Relações Exteriores. O embaixador remeteu ao senador a nota divulgada pelo Itamaraty, no dia 10, em que expressa sua solidariedade à família de Balazs; a nota foi lida por Tião em seu discurso.

Tião Viana leu também no Plenário texto relativo ao papel da atividade consular em que, dentre outros itens, consta que a autoridade consular prestará toda assistência e proteção aos cidadãos brasileiros domiciliados, residentes e de passagem.

Relatores querem aprovar logo nova Lei das S.A.

José Agripino e Pedro Piva defendem que o texto tenha a tramitação concluída antes que entre em vigor dispositivo segundo o qual mudanças no sistema financeiro só poderão ser feitas por meio de projeto de lei complementar

Os senadores José Agripino (PFL-RN) e Pedro Piva (PSDB-SP), relatores na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), respectivamente, do projeto de lei que promove alterações na Lei das Sociedades Anônimas (S.A.), fizeram ontem apelo aos membros dos dois colegiados para que examinem com urgência a proposta. A intenção,

segundo eles, é preservar o trabalho feito até agora.

Para José Agripino, a tramitação do projeto no Senado precisa ser concluída antes de entrar em vigor o dispositivo pelo qual mudanças no sistema financeiro somente poderão ser feitas por meio de lei complementar. Segundo o senador, se esse dispositivo entrar em vigor antes da aprovação da proposta, todo o trabalho já realizado, envolvendo negociações ao longo de dois anos, estará perdido, já que um projeto de lei não mais terá eficácia para promover as alterações desejadas na regulamentação do mercado de capitais.

O apelo de Agripino e Piva foi



Os deputados Emerson Kapaz e Antonio Kandir defenderam ontem em audiência mudanças na Lei das S.A. para garantir o crescimento do mercado brasileiro de capitais

feito durante audiência pública realizada em conjunto pelas duas comissões. No debate foram ouvidos os deputados Antonio Kandir (PSDB-SP) e Emerson Kapaz (PPS-SP), ambos relatores da matéria na Câmara, que aprovou o projeto com 374 votos favoráveis e 30 contrários.

Ao final da reunião de ontem ficou acertada nova audiência conjunta para o dia 22, quarta-feira da próxima semana, quando serão ouvidos, por sugestão do senador José Alencar (PMDB-MG), os juristas Alfredo Lamir Filho e Bulhões Pedreira, principais autores da Lei das S.A. em vigor (Lei nº 6.404, de 1976).

Na audiência, o deputado An-

tonio Kandir disse que a modernização da Lei das S.A. é fundamental para que o Brasil retome o crescimento econômico e elimine "o gargalo externo" existente hoje devido ao mau desempenho nas exportações. Somente se tiver um mercado de capitais forte, segundo Kandir, é que o Brasil conseguirá reduzir o custo do capital.

O deputado Emerson Kapaz defendeu urgência na modificação da Lei das S.A. Segundo disse, o mercado de capitais do país está minguando, movimentando hoje 72% a menos do que em 1997. Ele entende que é preciso fortalecer o setor, observando que não há mercado de capitais forte sem proteção aos acionistas minoritários.

Mudança fortalecerá mercado de capitais, diz José Agripino

Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do projeto de lei que altera a Lei das S.A., o senador José Agripino acredita que as propostas em análise vão modernizar a legislação brasileira e fortalecer o mercado de capitais do país.

Entretanto, diz, será aprovada "a legislação possível, não a ideal". O ideal seria, segundo Agripino, que deixassem de existir as ações preferenciais (sem direito a voto), permanecendo somente as ações ordinárias (com direito a voto). Mas, após dois anos de intensas negociações com diversos setores, sugerir novas alterações ao projeto iria, a seu ver, inviabilizar as mudanças já traçadas.

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) considerou as ações preferenciais

"uma aberração completa". Com a aprovação do *tag-along* (dispositivo que, nos casos de mudança

de perfil societário e de "fechamento" de empresas como sociedade anônima, obriga ao ressarcimento dos minoritários mediante valores justos, considerando o lucro, patrimônio, posição no mercado etc.), o senador entende que o problema dos preferencialistas é atenuado, mas não resolvido. Sem prejuízo da tramitação do atual projeto de lei, Antonio Carlos Júnior sugere a formação de uma frente parlamentar que estudaria novos avanços na

Lei das S.A. Para o senador Roberto Freire (PPS-PE), o trabalho realizado na Câmara dos Deputados "foi excelente e dará enorme contribuição" à modernização da economia brasileira. Uma sociedade organizada, segundo disse, precisa dispor de instrumentos de regulação. Na sua opinião, as sociedades anônimas são um princípio de socialização das empresas. Ele defendeu, para ganhar tempo, que o Senado aprove o projeto de mudança da Lei das S.A. tal como veio da Câmara.

Já o senador José Alencar considerou casuístico a mudança promovida pelo governo em 1997, tirando da Lei das S.A. atualmente em vigor o dispositivo do *tag-along*, que era a garantia mínima estabelecida para os acionistas minoritários. A medida trouxe prejuízo para milhões de brasileiros, lembrou. O senador elogiou os que agora providenciam a volta do dispositivo.

O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), elogiou o trabalho, na Câmara, dos deputados Emerson Kapaz e Antonio Kandir, principalmente pela forma como souberam negociar e conviver com enormes pressões contrárias às mudanças na lei. No Brasil, disse o senador, "todos querem mudanças, desde que não mexam nos seus interesses pessoais".



Para Agripino, será aprovado "o possível, não o ideal"



Freire acredita que nova lei modernizará a economia



Antonio Carlos Júnior propôs o estudo de novas mudanças

As modificações já aprovadas na Câmara

De acordo com o projeto de lei já aprovado pela Câmara e atualmente tramitando nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, os acionistas minoritários, tanto os que detêm ações ordinárias (com direito a voto) como os que possuem ações preferenciais (sem direito a voto), ganham mais benefícios e proteção. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) passa também a dispor de condições que facilitarão sua atuação para fortalecer o mercado e proteger os acionistas.

Segundo o deputado Emerson Kapaz, as principais modificações previstas à Lei das S.A. são as seguintes:

– Os preferencialistas (os que detêm ações preferenciais) receberão, como compensação por não terem direito a voto, uma das seguintes alternativas: dividendo prioritário de 3% sobre o valor patrimonial da ação (no mínimo igual a 25% do lucro líquido); *tag-along* (preservação do valor de venda das ações) ao nível de 80% dos prêmios do controlador e dividendos iguais aos destes; ou dividen-

dos 10% superiores aos dos ordinaristas (detentores de ações ordinárias).

– Introdução do direito de recesso em caso de cisão, se esta implicar mudança de objeto social, redução do dividendo obrigatório ou participação em grupo de sociedades (na prática, significa que, se o controlador decidir vender o controle ou desistir de ser uma companhia aberta, poderá ser questionado pelos minoritários).

– Os preferencialistas poderão eleger um membro para o conselho administrativo se detiverem no mínimo 10% do capital social da empresa. Os ordinaristas poderão eleger um membro do conselho com 15% do capital.

– Possibilidade de os minoritários convocarem assembleia, desde que detenham no mínimo 10% do capital da empresa.

– Minoritários terão à disposição pareceres do conselho fiscal.

– Administradores, membros do conselho fiscal e controladores ficam obrigados a informar modificações em sua posição acionária à CVM e às bolsas.